

NOVO FÓRUM

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, conduziu, na quinta-feira (24), às 17h, cerimônia de inauguração do novo Fórum de Campina da Lagoa. O novo prédio custou cerca de três milhões de reais e tem 1,511 metros quadrados de área construída, podendo ser expandido para comportar uma comarca de entrância intermediária. A construção possui projeto ambiental com lixeiras ecológicas para coleta seletiva e aproveitamento de água da chuva, além de atender às normas de acessibilidade.

NOVO FÓRUM 2

A comarca de São João do Ivaí ganhou nesta sexta-feira (25/1) um novo Fórum. A solenidade de inauguração foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto. O novo prédio, que custou cerca de três milhões de reais e tem 1,528 metros quadrados de área construída, está situado na rua Laurindo Pereira da Silva. A obra está de acordo com um planejamento estratégico através do qual se pretende construir Fóruns que respondam às necessidades da comarca por um longo período, possuindo áreas para futuras expansões dos serviços forenses.

MUTIRÃO CARCERÁRIO

As equipes da 1ª e 2ª Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça realizaram, com excelentes resultados, mutirão carcerário em Londrina, referente a processos executórios da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da cidade. No mutirão, coordenado pelos juízes da 1ª e 2ª VEPs, Eduardo Lino Fagundes Júnior e Moacir Antonio Dala Costa, foram analisados mais de 300 processos e concedidos benefícios a 153 presos. Desses, 124 tiveram progressão de pena do regime fechado para o semiaberto, outros 19 receberam alvará de soltura para o regime aberto ou livramento condicional e 10 receberam o indulto, conforme novo decreto presidencial.

INSTALAÇÃO

Na manhã da quinta-feira (24/1) a comarca de Cascavel, que abrange os municípios de Lindoeste e Santa Tereza do Oeste, recebeu uma Vara da Fazenda Pública, para a melhora na prestação dos serviços judiciários. A solenidade, que ocorreu no Tribunal do Júri do Fórum local, foi conduzida pelo presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto.

INSTALAÇÃO 2

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, presidiu na sexta-feira (25/1) às 18h, a solenidade relativa à instalação de quatro Varas na comarca da Região Metropolitana de Maringá, no Fórum local. São elas: Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, 1ª Vara da Fazenda Pública, 2ª Vara da Fazenda Pública e a 5ª Vara Criminal – Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

HOMENAGEM

Representantes do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (Consij) estiveram na segunda-feira (21/1) em visita ao presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto. Na ocasião, o presidente Kfouri Neto foi homenageado com uma placa em razão da atenção dirigida, pelo presidente, à área da Infância e Juventude durante a sua gestão.

VISITA

O procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina, futuro ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), visitou o presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto, na segunda-feira (21). Na oportunidade, Kukina trouxe o convite para a solenidade de posse na Corte, que acontecerá no próximo dia 6 de fevereiro.

SOFTWARE

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) cederá gratuitamente o Assinador de Documentos ao Centro de Computação da Aero-náutica de São José dos Campos e à Câmara Municipal de Aracaju (Sergipe). O software poderá ser utilizado pelos órgãos por cinco anos em consonância com o termo de cessão. O acordo atende as solicitações formalizadas a este Tribunal visando facilitar a tramitação de documentos eletrônicos. Por meio do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), o TJPR cederá o código-fonte do sistema, que poderá ser modificado para atender às demandas daqueles Órgãos.

AULAS

A magistrada Vanessa de Biassio Mazzutti foi convidada para ministrar aula no curso de mestrado da Faculdade de Direito de Coimbra. A participação da magistrada brasileira em terras lusas será no dia 12 de março, às 14hs. Os temas abordados serão os mesmos que fazem parte do livro de autoria da juíza, intitulado *Vitimologia e Direitos Humanos - o Processo Penal sob a Perspectiva da Vítima*, cujo prefácio é de autoria do presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto. Na oportunidade estarão presentes a diretora da Faculdade e o Coordenador do Departamento de Ciências Criminais.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Fabiano Jabur Cecy (1º grau) e Horacio Ribas Teixeira (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 28 de janeiro a 4 de fevereiro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

29 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogados não devem impor suas razões aos jurados e sim convencê-los

A chegada das câmeras às salas de julgamento — um assunto ainda controverso nos Estados Unidos — pode agradar a muita gente. Mas pode também ser mais um elemento de dispersão no trabalho de advogados e promotores. Eles podem perder o foco nos jurados no Tribunal do Júri.

O advogado ou promotor presta um desserviço ao cliente (ou à causa) quando, nas alegações iniciais ou finais, se dirige a uma audiência mais ampla do que a de jurados, por qualquer motivo. Muitas vezes, algum advogado ou promotor prefere “fazer uma apresentação” para todos os presentes no tribunal. Às vezes, para o cliente ou para a família da vítima.

Outras vezes, para os jornalistas presentes no tribunal. E deixa de se concentrar especificamente nas pessoas que tem o dever de persuadir: os jurados e o juiz.

A presença de jornalistas no julgamento, como a de estudantes e professores de Direito e colegas de profissão, já é uma tentação para o advogado ou promotor “exibir” seu desempenho. A adição de câmeras é uma tentação ainda maior. Cria a possibilidade do profissional se dirigir ao grande público. Quem sabe, “fazer uma apresentação” ao vivo 1 ou gravada — para todo o país. Ou aparecer nos telejornais do horário nobre.

Mas o que realmente importa — o que dá prestígio profissional e

rende frutos na carreira do advogado ou do promotor — é ganhar a causa. E para ganhar a causa, é preciso ganhar a opinião favorável dos jurados e, provavelmente, do juiz. Portanto, é nessa audiência que o profissional deve concentrar todo o seu poder de fogo.

Seu primeiro trabalho, se quer ganhar uma causa, é “conhecer sua audiência”, diz o professor. Isso é uma tarefa a ser executada antes do julgamento. Por isso, você deve pesquisar, sempre observando a ética profissional, tudo o que pode sobre o juiz que vai atuar no caso e sobre as pessoas que vão compor o júri (e também as testemunhas, para as inquirições — especialmente, as cruzadas).

Pedido de demissão forçado por empregador é nulo, decide TRT

Pedido de demissão feito sob coação do empregador é nulo. Motivo: caracteriza vício na manifestação da vontade do empregado. O entendimento é da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, ao manter sentença da 1ª Vara do Trabalho de Bagé — município situado na fronteira com o Uruguai.

Com base em prova testemunhal, o juízo de origem considerou sem valor o pedido de demissão e, em decorrência, reconheceu que o término do contrato de trabalho se deu por despedida sem justa causa. Por tal motivo, condenou a Liderança Limpeza e Conservação ao pagamento das parcelas rescisórias a sua ex-empregada.

A juíza Carla Sanvicente Vieira

entendeu, ainda, que a ausência de oposição à homologação rescisória — o empregador alegou que a empregada assinou de livre e espontânea vontade — decorreu do mesmo ato de coação.

“Enfatizo, a respeito que, em contraposição ao artigo 110, do Código Civil, e ao fato de a reclamante ser pessoa capaz, encontra-se a possibilidade contida no artigo 151 do mesmo texto legal”, justificou. Diz o último dispositivo: “A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável a sua pessoa, a sua família, ou aos seus bens”. Logo, arrematou a juíza, havia “fundado temor” de ter obstaculizado novo emprego no mesmo local.

A juíza, por fim, registrou que a reclamada não comprovou — sequer alegou — haver oferecido outro posto de trabalho à auxiliar.

A relatora do caso no TRT, juíza convocada Laís Helena Jaeger Nicotti, também se convenceu de que a iniciativa de desligamento partiu da reclamada. Conforme registrou no acórdão, a empresa, com a extinção da prestação de serviços mantida com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), queria encerrar os contratos de seus empregados que trabalhavam naquele local sem, contudo, cumprir com as obrigações trabalhistas decorrentes da dispensa imotivada. O acórdão foi proferido, por unanimidade, na sessão do dia 12 de dezembro. Cabe recurso.

29 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça tem decisões opostas sobre responsabilidade da prefeitura

Decisões divergentes do Poder Judiciário geram dúvidas sobre se a Prefeitura de Santa Maria (RS) pode vir a ser responsabilizada pelo incêndio na boate Kiss.

Um caso parecido aconteceu em Belo Horizonte, em 2001, na casa de shows Caneção Mineiro. Na ocasião, o fogo começou após um show pirotécnico, deixando sete mortos e quase 200 feridos.

No caso mineiro, as vítimas foram à Justiça, pedindo indenização tanto aos donos quanto à prefeitura. O local também funcionava sem alvará e não tinha portas de emergência.

A primeira instância negou o pedido, argumentando que o fogo não havia sido causado pela falta de fiscalização da prefeitura nas instalações. As vítimas conseguiram reverter a decisão no TJ-MG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais).

Os dois processos chegaram ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), e receberam decisões conflitantes. Numa delas, de 2008, o ministro Teori Zavascki, hoje no STF (Supremo Tribunal Federal), manteve a decisão do TJ-MG. Em outra decisão, de 2009, o ministro Luiz Fux (também hoje no STF) eximiu de culpa a prefeitura mineira.

29 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Após 9 anos, chacina de Unai volta à 1ª instância

Ministério Público diz que vai recorrer da decisão, e processo deve demorar ainda mais

A Justiça Federal determinou que o processo contra o empresário Antério Mânica, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de quatro servidores do Ministério do Trabalho em Unai (MG), em 2004, seja enviado para a primeira instância judicial.

O caso, que ficou conhecido como chacina de Unai, completou nove anos ontem.

Em 28 de janeiro de 2004, três auditores e o motorista que os guiava foram baleados numa emboscada em rodovia vicinal da MG-188.

A decisão do juiz Hilton Queiroz, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, publicada ontem, ocorreu porque o réu não tem mais direito a foro privilegiado. Mânica era prefeito do município, mas deixou o cargo no dia 1º.

Na quinta-feira, a juíza substituta da 9ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte, Raquel de Lima, responsável pelo caso, já havia decidido encaminhar o processo para a Justiça Federal em Unai, onde ocorreu o crime.

O Ministério Público Federal afirma que vai recorrer da decisão. Com isso, provavelmente ocorrerá novo atraso no processo, que já estava pronto para ir a julgamento.

Mânica e seu irmão, o também produtor rural Norberto Mânica, são acusados de serem os mandantes do crime contra os fiscais que investigavam denúncias de trabalho escravo. Os irmãos negam. São oito réus ao todo no caso.

29 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Omissão de socorro é crime

ANDREA MATARAZZO

É covarde esperar que o usuário de droga tome a iniciativa de se proteger. Você abandonaria seu filho se o visse fumando crack na rua?

“Tio, tira a gente da pedra?” O apelo de três garotos de nove, dez e 12 anos de idade me sensibilizou para a tragédia da dependência química no centro de São Paulo, há quase uma década.

Eu era subprefeito da Sé e encaminhei os meninos aos centros de assistência social. Desapareceram em poucos dias. Localizamos um deles, que comentou a monotonia das atividades nos abrigos.

Palestras e horários rígidos são ineficazes para seduzir quem vive em liberdade. Foi o que nos desafiou a criar um programa piloto capaz de atrair o interesse das crianças que moram na rua e usam crack.

Desde 2005, o Programa Equilíbrio, sob coordenação da professora Sandra Scivoletto, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, mantém um time de médicos, psiquiatras, fonoaudiólogos, assistentes sociais, educadores e animadores culturais, para oferecer atenção individual e atividades atraentes aos jovens em situação de risco social. Até 2012, foram mais de 64 mil atendimentos. A taxa de reintegração familiar tem sido de 44%.

Cruzar os braços diante do aumento do consumo de crack, problema grave de saúde pública, é atitude criminosa. A droga não distingue classes sociais ou geografia. Exige do poder público medidas urgentes visando a proteção dos usuários, das famílias e dos grupos de convívio. Especialmente da população carente, que não sabe a quem recorrer. E o país tem falhado na oferta de alternativas para as famílias de baixa renda.

O tratamento da dependência química é um processo doloroso, que exige vigilância e suporte médico especializado nas crises de abstinência, estrutura inexistente nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), do governo federal. O Ministério da Saúde sequer elaborou um protocolo. Orienta apenas a chamada Redução de Danos, inócua diante da gravidade da questão.

As vítimas das cracolândias são cidadãos que foram parar nas ruas por problemas anteriores. Dos 16 mil moradores de rua de São Paulo, 75% usam drogas ou têm transtornos mentais. É absurdo esperar que alguém nessas condições tenha iniciativa de buscar ajuda, ou se mantenha longe do vício pela força de vontade. Os que vagam em busca da “pedra” perderam a consciência do próprio sofrimento. Vivem apenas para consumir a droga, definindo à espera da morte.

Famílias que têm condições financeiras e informação internam seus entes queridos em clínicas de desintoxicação, mesmo contra a vontade dos mesmos. Para a maioria dos pais, filhos, irmãos e companheiros dos usuários de drogas que hoje perambulam pelas ruas, inexistem alternativas.

Sensível a esse drama, o governador e médico Geraldo Alckmin articulou um programa de internação involuntária dos dependentes de crack se o risco de morte em decorrência do vício for reconhecido por equipes de saúde e da Justiça. Não se trata, como insinuam os oportunistas, de “limpar as ruas”. É, sim, de salvar gente que vai morrer se não receber ajuda.

Medida a ser adotada apenas quando todos os recursos forem esgotados, depende da autorização de um juiz depois que uma junta médica atestar a perda do domínio sobre a saúde e condição física do usuário. E exige aval do Ministério Público e de advogados voluntários da OAB.

É covarde, cruel e desumano esperar que o próprio dependente da droga tome a iniciativa para se proteger. Se você visse seu filho fumando crack, maltrapilho, cambaleante, o abandonaria na rua? Criticar a internação involuntária é politizar a tragédia dos que não podem se defender. Cruzar os braços é omissão de socorro.

ANDREA MATARAZZO, 56, é vereador em São Paulo pelo PSDB. Foi secretário de Estado da Cultura (2010 a 2012) e secretário municipal das Subprefeituras (2006 a 2009)

29 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Portal da Transparência da AL ainda deve informações

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Ficou mais fácil de navegar no Portal da Transparência dos deputados estaduais, mas as informações e a forma como elas são disponibilizadas na internet ainda não se enquadram nos padrões nacionais de transparência. O novo portal foi lançado ontem pela Assembleia Legislativa (AL) do Paraná e traz ícones grandes e menus organizados de forma mais intuitiva, "para que as pessoas encontrem facilmente as informações e queiram saber como o Legislativo está sendo administrado", alega o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB). Inaugurado em 2011, o portal "incorporou mudanças sugeridas pelos cidadãos", diz o diretor de Comunicação da AL, Hudson José.

Ficou mais direto saber que um deputado estadual ganha R\$ 20 mil por mês e que eles possuem verba de representação superior a R\$ 31 mil, mas permanece impossível saber quanto recebem efetivamente os funcionários da AL. A instituição não adotou o padrão federal de divulgação individualizada dos contracheques. O nome de cada servidor aparece ao lado de uma sigla, que faz referência ao padrão salarial daquela pessoa. Contudo, esse é o valor básico, sobre o qual podem incidir gratificações até maiores que a própria remuneração. É difícil até saber quem está na folha de

Gastos com verba de representação aparecem em 'arquivos fechados'

pagamento da Assembleia, já que para montar a relação completa é preciso consultar 26 listas diferentes.

"A determinação na AL é seguir o padrão das demais instituições estaduais, como o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que ainda não divulga a remuneração individualizada", informou o diretor de Comunicação. Obrigada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a cumprir essa determinação, o TJ acatou pedido

de associações profissionais para barrar a divulgação. A situação é questionada pela Advocacia Geral da União (AGU), que pressiona em prol do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, em vigor há seis meses. A AL também não divulga a relação de contratos em vigor, aditados ou não.

Nenhuma informação pode ser copiada para o computador em formato aberto (arquivo de texto, planilha de dados, etc.) para que buscas cruzadas possam ser realizadas. A execução financeira diária e os gastos com a verba de representação aparecem em "arquivos fechados" (formato PDF), que não permitem a manipulação por pesquisadores ou

jornalistas. "Nós entendemos que a transparência tem ca-

madas. Algumas pessoas querem saber como o deputado votou numa ocasião, outros querem examinar os gastos a fundo. O detalhamento do portal tem que permitir que todos os interesses da sociedade sejam atendidos", argumenta Gil Castello Branco, secretário geral da organização Contas Abertas, especializada no controle social dos gastos públicos.

Mesmo indicando preocupação com os itens básicos, o novo portal da AL permanece desatualizado em tópicos importantes. Só dá para saber como votaram os deputados estaduais em junho de 2011. Todos os outros meses não estão cadastrados. O ícone chamado "Comissões" não leva para um controle de frequência dos parlamentares, nem para uma agenda de reuniões das 25 comissões permanentes em atividade na Casa. Nenhum relatório de viagem foi cadastrado no portal, apesar de ter sido criado espaço para esse tipo de publicação. "Tudo o que ele não oferecer no portal, terá que responder numa eventual solicitação baseada na Lei de Acesso à Informação", adverte Gil Castello Branco.

29 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Envolvidos na 'máfia dos sanguessugas' são condenados

São Paulo - A Justiça Federal condenou, na semana passada, o ex-deputado federal Francisco Almeida de Lima (ex-PL, CE) e o ex-prefeito de Itapajé (CE) João Batista Braga, por improbidade administrativa, por causa de irregularidades em licitações para compra de ambulâncias e equipamentos hospitalares. Segundo o Ministério Público Federal, os dois faziam parte da "máfia dos sanguessugas", um grupo que desviava dinheiro público destinado à compra de ambulâncias em diversos municípios do Brasil. No Ceará, Francisco Almeida de Lima foi acusado de intermediar a celebração dos contratos ilegais pelas empresas indicadas e prefeituras. O esquema foi revelado em 2006.

Segundo a acusação, os dois condenados teriam manipulado e direcionado os resultados de licitações do convênio firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Itapajé. A Justiça determinou que cada um pague o ressarcimento aos danos patrimoniais no valor de R\$ 21.995,74 e multa no valor de R\$ 20 mil, além da suspensão de direitos políticos e proibição de firmar contratos públicos por oito anos para o ex-deputado e cinco anos para o ex-prefeito. Os réus ainda podem entrar com recurso

METRO

MPF pede medicamento para portadora do vírus HIV

O MPF (Ministério Público Federal) em Cascavel, no Oeste do Estado, propôs ação civil pública contra a União e o Paraná para garantir que uma garota de 11 anos, portadora de disfunção do crescimento linear relacionada ao vírus HIV, receba gratuitamente o medicamento Somatropina.

O medicamento é disponibilizado pelo SUS, mas somente quando a causa da deficiência do hormônio de crescimento seja decorrente da síndrome de Prader-Willi, síndrome de Turner e insuficiência renal crônica, nos quais a paciente não se enquadra. ▽

contra a decisão judicial. Em suas defesas à Justiça, o ex-deputado diz que não há provas que tenha recebido propina, enquanto o ex-prefeito nega que tenha cometido irregularidades.

TRIBUNA DO PARANÁ

Presos monitorados

29 JAN 2013

A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos vai licitar serviços para monitoramento eletrônico de mil presos. A expectativa é que a implantação de tornozeleiras eletrônicas comece no primeiro semestre, para presos residentes em Curitiba e região metropolitana.

Estão disponíveis R\$ 25,9 milhões para a implantação desse modelo de cumprimento de pena, com condenados em liberdade, porém monitorados. O contrato com a empresa vencedora da licitação terá validade por quatro anos. Segundo a secretária da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, a licitação será aberta nos próximos dias.

Vagas

As mil vagas abertas vão absorver condenados a penas mais graves que estão em delegacias. A prioridade das escolhas começará com as mulheres, depois os idosos e pessoas com deficiências. A medida deverá reduzir em 70% o valor mensal gasto com cada preso, que custa mais de R\$ 1.800,00 aos cofres públicos. Com o novo sistema, esse valor será de R\$ 540,00 por preso.

Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo já usam o sistema.

FOLHA DE LONDRINA

AGENDA

Magistrados

Curitiba - Estão abertas as inscrições para o curso preparatório da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR). Ministrado por especialistas e magistrados, o curso prepara os candidatos para concursos das carreiras da Magistratura do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. As aulas terão início em 11 de março e seguem até novembro, das 19 às 22 horas. Informações no www.ematra9.org.br ou pelo fone (41) 3232-3024.

FOLHA DE LONDRINA

Folclore MAZZA

Até outro dia os esgotos dos três poderes no Centro Cívico eram jogados no Rio Belém sem tratamento: quem faz isso é capaz de exigir senso de previsão nos outros e deitar falação sobre segurança em locais de eventos?

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTA POLÍTICA

Condições do Ferry-boat

O Ministério Público do Paraná acionou judicialmente a concessionária responsável pelo transporte de ferry-boat entre Matinhos e Guaratuba. O órgão quer que a empresa promova reparos nas pontes pelas quais os veículos embarcam nas balsas, com base em laudo elaborado a pedido do Departamento de Estradas e Rodagem (DER).

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

29 JAN 2013

Olho vivo

Tornozelo 1

O governo do estado divulgou ontem notícia que, talvez mal explicada, causa altíssimo grau de estupefação. O site oficial informa que a Secretaria da Justiça foi autorizada por Beto Richa a licitar a compra de tornozeleiras para monitoramento eletrônico de mil presos de Curitiba e região metropolitana. "Estão disponíveis R\$ 25,9 milhões para a implantação desse modelo de cumprimento de pena", diz a nota.

Tornozelo 2

Como é que é? Mil tornozeleiras custarão R\$ 25,9 milhões? Nesse caso, dividindo um número pelo outro, conclui-se que cada tornozeleira vai custar R\$ 25,9 mil – mais ou menos o preço de um Fiat Uno zero.

Tornozelo 3

E o que é uma tornozeleira? É um aparelho que, fixado ao tornozelo de um preso, permite que as autoridades sigam os seus passos. Assim, é possível tirar os menos perigosos das celas e mandá-los para casa, com a condição de que não se afastem de perímetros pré-determinados. Ao disparar alertas eletrônicos, o aparelhinho pode pôr a polícia no encalço do infrator.

Tornozelo 4

Com alguma sofisticação, a tornozeleira se assemelha a um rastreador veicular – desses que donos de carros e caminhões, com medo dos ladrões, compram e instalam por R\$ 500,00. Tem alguma coisa errada ou dúbia na notícia do governo. Aguarda-se esclarecimento.

PORTO DE AÇU

MPF pede adiamento da operação de grupo de Eike Batista

O Ministério Público Federal em Campos (RJ) propôs ontem ação civil pública contra o grupo EBX, do empresário Eike Batista, pedindo a interrupção da dragagem do canal e o adiamento do início da operação do porto do Açú. O pedido é consequência do inquérito que investigou a salinização das águas de rios que abastecem bairros agrícolas próximos ao porto. Estudo de pesquisadores da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) apontou como causa a deposição da areia dragada próximo locais de plantações e pesca. O Inea (Instituto Estadual do Ambiente), órgão ambiental fiscalizador, identificou problemas semelhantes. Mas afirma que foram feitas intervenções, o que teria interrompido a salinização da região.

NOTA POLITICA

Guilhotina

O governador Beto Richa (PSDB) teria perdido de vez a paciência com o secretário da Segurança Pública, Cid Vasques. Ele estaria irritado com o fato de ter de responder por conta própria pelos problemas da área, responsabilidade que teria de ser assumida diretamente pelo secretário da pasta. Assim, são grandes as chances de Maria Tereza Uille Gomes, secretária da Justiça, trocar de lugar com Vasques e assumir a pasta da Segurança.

29 JAN 2013

GAZETA DO POVO

Novo portal da Assembleia ainda omite informações

Anderson Gonçalves

A Assembleia Legislativa do Paraná colocou ontem no ar o seu novo Portal da Transparência (www.alep.pr.gov.br/transparência). Apesar do acréscimo de algumas informações e de ter a navegação mais simplificada, o site não trouxe mudanças profundas para o internauta. Dados mais detalhados sobre os salários dos servidores e a atuação dos deputados em plenário, por exemplo, permanecem indisponíveis.

Uma das novidades do portal é o detalhamento da remuneração dos parlamentares. No link “composição remuneratória dos deputados”, o internauta pode saber quanto os deputados recebem em salários (atualmente R\$ 20.042,34 brutos) e verbas de representação, aquelas destinadas a despesas com a atividade parlamentar. Também passaram a constar do site os valores a que os servidores da Casa têm direito em diárias de viagens. O montante gasto com isso, contudo, não aparece em um link específico, constando apenas nos relatórios de execu-

ção orçamentária.

Também continuam de fora do site as informações detalhadas sobre remuneração dos servidores. A divulgação está prevista em uma regulamentação da Lei de Acesso à Informação, que trata dos critérios para disponibilização de dados públicos, mas no Paraná foi contestada por uma decisão judicial. A Assembleia divulga somente a composição remuneratória de servidores efetivos e comissionados, indicando o salário base referente aos cargos, juntamente com os valores mínimos e máximos que podem ser aplicados nas gratificações.

Outra ferramenta que apresenta problemas é o “Controle das Votações”, por meio da qual seria possível verificar como cada deputado se posicionou ao apreciar os projetos que passaram pelo Legislativo. Na tarde de ontem, estava disponível no respectivo link apenas informações referentes a junho de 2011. Apesar disso, o internauta pode verificar facilmente a frequência dos parlamentares nas sessões e quanto cada um gastou até o ano passado com verba de representação.

A direção da Assembleia acredita que a nova página está mais simplificada e mais leve visualmente. “Deixamos os atos da Casa ainda mais transparentes e de fácil acesso à população”, avaliou o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB).

R\$ 20.042,34

é o valor bruto do salário dos parlamentares. Detalhes sobre a remuneração e os gastos dos deputados, que inclui a verba destinada à atividade parlamentar, podem ser conferidas no novo Portal da Transparência.

29 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Extinção de cargos políticos

A extinção decretada pela Justiça de mais de 12 mil cargos comissionados criados ilegalmente em 78 municípios paulistas nos últimos cinco anos – revelada por reportagem do **Estado** (26/1) – é uma amostra de como se trata o dinheiro público. Apesar do avanço da legislação sobre a contratação de pessoal pelo poder público, gestores municipais continuam a criar cargos de livre provimento –, isto é, que dispensam a realização de concurso público – sem a devida justificativa legal e a preenchê-los de acordo com seus interesses pessoais ou políticos. Essa prática persistente fere a Constituição em diferentes pontos e, por isso, vem sendo coibida, pelo menos em São Paulo, por iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, ao qual compete apreciar e julgar atos administrativos dos prefeitos, acolheu as impugnações feitas pelo Ministério Público e considerou inconstitucionais leis municipais que criaram cargos em comissão sem o devido respaldo legal, o que levou à extinção desses cargos.

A criação de cargos em comissão e seu provimento por pessoas não concursadas não são ilegais, mas os dois atos – criação e preenchimento – estão sujeitos a normas constitucionais claras. A Constituição estabelece que as funções de confiança devem ser preenchidas exclusi-

vamente por servidores efetivos e os cargos em comissão, por servidores de carreira “em condições e percentuais mínimos previstos em lei”. Ou seja, uma parte dos cargos em comissão deve ser preenchida por servidores concursados e a outra, por pessoas de livre escolha do prefeito ou do respectivo gestor. Essa norma foi instituída pela Emenda Constitucional n.º 19, de junho de 1998. Antes, a liberdade dos prefeitos era maior, pois o texto dizia que as funções de confiança deveriam ser “preferencialmente” preenchidas por servidores de carreira técnica ou profissional.

Por desinteresse dos prefeitos e dos vereadores, muitos municípios não dispõem de lei fixando os percentuais mínimos dos cargos em comissão destinados a funcionários de carreira, o que dá aos gestores (prefeitos, secretários, dirigentes de autarquias, por exemplo) a liberdade de preencher todos de acordo com critérios pessoais ou políticos, que poucas vezes coincidem com o interesse público que deveria determinar essas nomeações.

Há, porém, outra exigência constitucional que, por conveniência dos gestores municipais, não vem sendo cumprida em boa parte das nomeações para cargos em comissão. As funções de confiança e os cargos em comissão, diz claramente a Constituição, “destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”.

Esperadamente, como mostrou a reportagem do **Estado**,

os gestores municipais criaram cargos com títulos como “agente municipal de crédito”, “chefe de serviços de gerenciamento de patrulha agrícola”, “chefe de serviços de fiscalização de tributos e posturas” e “assessor de diretor”. São, pelo menos no nome, atribuições como as exigidas pela Constituição. Mas nome apenas não confere ao cargo a natureza exigida pela Constituição. O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem decisão nesse sentido.

Decisões como essas não limitam a autonomia dos municípios para legislar sobre assuntos de seu interesse específico e para organizar sua estrutura de modo a atender adequadamente às demandas municipais e a atuar no limite de sua competência, mas os sujeitam à obediência das normas constitucionais e da legislação ordinária. “A liberdade conferida aos municípios para organizar seus próprios serviços não é ampla e ilimitada”, argumentou o procurador-geral de Justiça Márcio Fernando Elias Rosa, ao ingressar com ação contra uma lei do município de Guararema. “Ela se subordina a regras fundamentais e impostergáveis, o que exige que essa organização se faça por lei.”

Recorde-se, ademais, que entre os princípios constitucionais que regem a administração pública estão o da impessoalidade – para assegurar que os atos públicos atendam ao interesse público e não a interesses pessoais – e o da moralidade, que as pessoas de bem conhecem.

O ESTADO DE S. PAULO

Sanguessuga leva mais dois a condenação

O juiz da 18.^a Vara Federal no Ceará, Júlio Rodrigues Coelho Neto, condenou o ex-deputado federal Almeida de Jesus e o ex-prefeito de Itapajé, João Batista Braga, por desvio de recursos federais para compra de ambulâncias. O grupo, que foi desvendado pela Polícia Federal na Operação Sanguessuga, ficou conhecido, em 2006, como Máfia das Ambulâncias. A operação envolveu, na época, outros ex-deputados federais, como Ronivon Santiago e Carlos Rodrigues, que acabaram sendo presos.

A decisão do juiz Coelho Neto foi divulgada ontem. O procurador da República no Ceará, Ricardo Magalhães de Mendonça, autor da ação, relata que Almeida de Jesus e João Batista Braga “manipularam e direcionaram os resultados de licitações” referentes a convênio entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Itapajé, a 135 quilômetros de Fortaleza.

O juiz Coelho Neto julgou parcialmente procedentes os pedidos do procurador e sentenciou os dois políticos a multa de ressarcimento no valor R\$ 21.995,74 e multa civil de R\$ 20 mil para cada, além da suspensão de direitos políticos e proibição de contratos com o poder público. Almeida de Jesus está impedido por oito anos, e o ex-prefeito Braga, por cinco anos, de realizar qualquer tipo de contrato. Almeida de Jesus já havia sido condenado por receber propina do grupo Vedoin por favorecimento de empresa que forneceria ambulâncias para Ibiapina, também no Ceará.

Os réus podem entrar com recurso contra a decisão judicial federal no Ceará – no caso, apelando para o Tribunal Regional Federal da 5.^a Região sediado no Recife (PE). Os advogados dos dois adiantaram que já prepararam a ação para tentar provar a inocência deles no caso.

29 JAN 2013

PARA LEMBRAR

Na Operação Sanguessuga, em 2006, a Polícia Federal desmontou uma quadrilha que desviava dinheiro público destinado à compra de mais de mil ambulâncias em dezenas de cidades. A fraude chegava a R\$ 100 milhões e envolvia mais de 40 políticos em vários Estados.

29 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO Julgamento da chacina de Unai deve atrasar mais um ano

O cálculo é do próprio Ministério Público de MG, depois que juíza de BH decidiu devolver processo à cidade onde caso ocorreu. Nove anos depois do assassinato de quatro servidores do Ministério do Trabalho em Unai, no noroeste de Minas, o Ministério Público Federal estima que pode demorar mais um ano até que os acusados sejam julgados. Esse é o prazo que o MPF acredita que a Justiça levará para analisar recurso contra a decisão da juíza substituta da 9.^a Vara Federal em Belo Horizonte, Raquel Alves de Lima, que declinou da competência para julgar o caso, na quinta-feira, e determinou o envio do processo para Unai.

A procuradora da República Mirian Moreira Lima confirmou ontem que vai recorrer ao Tribunal Regional Federal e ao Superior Tribunal de Justiça para que o julgamento fique em Belo Horizonte. Ela avaliou não haver imparcialidade em um júri popular formado por moradores de Unai, já que um dos acusados de ser o mandante da chacina, o produtor rural Antério Mânica (PSDB), foi eleito prefeito da cidade duas vezes. Ele acaba de perder o foro privilegiado, o que levou o TRF1 a determinar a remessa do processo para a primeira instância. “Haverá prejuízo para o trabalho do Ministério Público, que vê dificuldade em conseguir isenção dos jurados em Unai. Um réu foi prefeito e outro fez ameaças”, justificou Mirian Lima.

Em janeiro de 2004, quatro funcionários do ministério – os auditores fiscais Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lage e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, foram executados

em uma estrada de terra na zona rural de Unai. A equipe fiscalizava a exploração de trabalho escravo por fazendeiros na região.

Sem Isenção. A opinião de que o julgamento em Unai não será isento é partilhada por autoridades e entidades que participaram ontem de reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e de um ato público em Belo Horizonte. “É uma decisão que espantou a todos. Esperamos que a Justiça consiga dar resposta a um massacre ocorrido há tantos anos”, reagiu o ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto. “A impunidade em Unai faz com que maus empregadores se sintam à vontade para fazer ameaças contra fiscais”, emendou a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosângela Rassy.

“Com essa decisão, ela (*a juíza Raquel*) está absolvendo antecipadamente os réus. Unai é a casa de Antério”, afirmou a viúva de Nelson Silva, a gerente administrativa Elba Soares da Silva.

O Estado tentou falar com a juíza, mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

● Processo adiado

ELBA SOARES DA SILVA

VIÚVA DE NELSON DA SILVA, UM DOS MORTOS DA CHACINA

“Com essa decisão, ela (*a juíza Raquel de Lima*) está absolvendo

antecipadamente os réus.

Unai é a casa de

Antério (*Mânica, fazendeiro*)

28/JAN/2013

Prefeitura de Maringá

Presidente do TJ instala mais quatro varas para a Região Metropolitana

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, presidiu na sexta-feira (25), a solenidade de instalação de mais quatro varas para a Região Metropolitana de Maringá. Participaram da solenidade o Procurador Geral do município, Luiz Manzato, a secretária da Mulher, Flor Duarte, a juíza de Direito diretora do Fórum da Comarca de Maringá, Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo, desembargadores, juízes, promotores, representantes da OAB e advogados.

Foram instaladas a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, a primeira e a segunda Vara da Fazenda Pública, e a 5ª Vara Criminal – Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O presidente do TJ/PR, desembargador Miguel Kfouri Neto, elogiou a equipe do Fórum local e adiantou que as novas varas vão garantir dinâmica aos trabalhos do judiciário local.

A juíza Carmen Lúcia, diretora do Fórum de Maringá, falou do papel conciliador do judiciário, do compromisso com os direitos das pessoas, e a contribuição para uma sociedade mais justa. A novidade é a criação do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que de acordo com a secretária Flor Duarte avança nas ações de combate à impunidade nos casos de violência doméstica, especialmente contra a mulher e as crianças.

OAB/PR

28/JAN/2013

Seccional iniciará processo de formação de lista sêxtupla para o TJ-PR

A Seccional enviou nesta sexta-feira (25) à Imprensa Oficial do Estado, edital de chamamento para processo de formação de lista sêxtupla para vaga de desembargador destinada à classe dos advogados no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio da Cunha Ribas. O edital deve ser veiculado no Diário Oficial Comércio Indústria e Serviços do Estado do Paraná do próximo dia 1º de fevereiro. A partir do dia útil seguinte à publicação, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para que se inicie o período de inscrições, que perdurará pelos 20 (vinte) dias subsequentes.

25/JAN/2013

Paraná Centro

Comarca de São João do Ivaí ganha novo Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, conduz, nesta sexta-feira (25), às 11h, cerimônia de inauguração do novo Fórum de São João do Ivaí.

O novo prédio custou cerca de três milhões de reais e tem 1,528 metros quadrados de área construída. Situado na rua Laurindo Pereira da Silva, possui um pavimento térreo, com três gabinetes para juízes e salas de audiência, um Cartório Cível, um Cartório Criminal, um Cartório Distribuidor, salas para a OAB, para os Oficiais de Justiça, para o Ministério Público, para o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude e para o Juizado Especial, além de quatro sanitários públicos, sendo dois com acessibilidade a portadores de necessidades especiais, copa, área de serviço, arquivos, sala de testemunhas e um salão do júri com acomodação para 120 pessoas.

A construção atende às necessidades previstas no Código de Organização e Divisão Judiciárias, bem como a Resolução nº 114/2010 e a Recomendação nº 27/2009 do Conselho Nacional de Justiça. A obra está de acordo com um planejamento estratégico através do qual se pretende construir Fóruns que respondam às necessidades da Comarca por um longo período, possuindo áreas para futuras expansões dos serviços forenses.

O projeto é de autoria do engenheiro Rafael Luiz Neves de Oliveira e do arquiteto José Luiz Leite da Silva Filho, ambos do Departamento de Engenharia e Arquitetura do TJ.

Participam da solenidade os desembargadores José Augusto Gomes Aniceto e Luiz Carlos Gabardo, o juiz de Direito diretor do Fórum da comarca de São João do Ivaí Pedro de Alcântara Soares Bicudo, o prefeito municipal Fábio Hidek Miura, entre outras autoridades

25/JAN/2013

Vanguarda Política

Novo Fórum em Campina da Lagoa

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, conduziu, na quinta-feira (24), às 17h, cerimônia de inauguração do novo Fórum de Campina da Lagoa. O novo prédio custou cerca de três milhões de reais e tem 1,511 metros quadrados de área construída, podendo ser expandido para comportar uma comarca de entrância intermediária. A construção possui projeto ambiental com lixeiras ecológicas para coleta seletiva e aproveitamento de água da chuva, além de atender às normas de acessibilidade.